

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o levantamento das questões que envolvem a saúde, no âmbito internacional, notadamente em face da Organização Mundial da Saúde, Organização Panamericana de Saúde e Mercosul, para que se possa suscitar a problemática que envolve esta área e sugerir a elaboração de diretrizes jurídicas comuns ao processo de integração no Cone Sul. A importância da economia como meio de inserir o Estado no contexto internacional, aliada ao avanço tecnológico desigual, ressalta a imperatividade do processo de integração, principalmente quando se fala em países como o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai que, juntos, e não individualmente considerados, representam força mais significativa perante outros Estados ou blocos econômicos regionais. A harmonização jurídica se mostra incontestável, fato que induz este estudo primário sobre as questões médicas e hospitalares – estas em particular –, e que poderão servir como suporte para proposições futuras e, mais especificamente, para a recomendação de métodos uniformizadores. A participação da sociedade é enfocada como útil na elaboração de regras consensuais, bem como a análise dos aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam o funcionamento do modelo político-social dos Estados-membros do Mercosul, juntamente com a criação de um mecanismo de controle e de arrecadação destinada, unicamente, à área da saúde.

ABSTRACT

This work aims to raise questions, at an international level, involving health. It is focused on the South Cone Market Agreement (Mercosul), the World Health Organization and the Pan American Health Organization in order to highlight the problems that cover this area and suggest the elaboration of a common juridical policy to the integrating process of the South Cone Market Agreement (Mercosul). The importance of the economy as a way to insert the Estate in the international context along with the unequal technological advance enhance the importance of the integrating process, mainly when countries like Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay are cited. These countries together, not separately, represent a more significant power before other Estates and regional economic blocks. The juridical harmonization is undeniable. This fact leads to this primary study over medical and hospital issues – mainly these ones – which might help to support future propositions and, furthermore, to recommend standardized methods. The participation of the society is tackled as useful to elaborate consensual rules as well as the analysis of social, political and economical aspects that determine how the political-social model of Mercosul Estate members work, along with the establishment of a control and collection mechanism set for the health area solely.